

IMPrensa LIVRE

31/08/2005

07:15

Lei dos Deficientes Físicos provoca polêmica no comércio
São Sebastião

A prefeitura de São Sebastião anulou 53 licenças de alvará dos comércios que não possuem estrutura para atender os portadores de deficiência física, como banheiro adaptado e rampa de acesso.

Daniela Carvalho

Essa iniciativa foi tomada com base no decreto federal 5.296, de 2 de dezembro de 2004, que regulamenta duas leis, 10.048/00 e 10.098/00, e está causando polêmica na cidade.

Os comércios que estavam com a licença vencida e pediam a renovação terão um prazo de 30 meses para se adequar a Lei Federal. Já aqueles que ainda não estavam de posse do documento terão que providenciar a mudança na estrutura física do prédio.



Os comerciantes afirmam que as vendas estão paradas e não têm condição financeira de reformar seus estabelecimentos.

Fachada da loja que teve a licença negada por não ter rampa de acesso e banheiro especial para deficientes físicos

“Acho justo construir uma rampa de acesso, mas não um banheiro adaptado. Os comércios estão parados e as pessoas sem dinheiro. Caso seja obrigada a reformar a loja, a minha situação ficará muito difícil. Além disso, nunca entrou um deficiente físico na loja”, explica Ana Cristina Furtado da Silva, que há 5 meses abriu uma loja de brinquedos na área central da cidade.

O morador Vitório Severi, dono de vários imóveis alugados para o comércio, entregou ao prefeito Juan Garcia, em 26 de agosto, um documento onde explica porque é contra a Lei Federal. “Não é de competência dos presidentes da República emanar leis que ferem os direitos individuais.

Esse decreto limita o livre comércio. Tenho uma filha abrindo um comércio em cima de um sobrado e, de acordo com a Lei, ela vai precisar instalar um elevador. Acho um absurdo. Não é possível aceitar isso sem reagir”, afirma.

Deficientes Físicos

O presidente da Associação de Deficientes Físicos de São Sebastião, Alden Mello Aguiar, o Dinho, afirma que acha justo o decreto que determina as adaptações nos comércios, mas nega ter feito pressão para a Prefeitura não conceder o alvará aos comerciantes. “Entendo que ninguém muda tudo de uma hora pra outra; é preciso ter bom senso. Por causa da situação financeira, poderia ser dado um prazo mais longo para os comércios”, avalia.



Ele também afirma que em São Sebastião existem cerca de 8 mil portadores de deficiência física. “Existe muita gente que trabalha, mas não tem como gastar seu dinheiro por dificuldade de acesso aos comércios. O direito deles vai ser privado?”, questiona.

Segundo Dinho, a estatística da ONU aponta que 14% da população do mundo tem alguma deficiência física, no Brasil existindo 27 milhões, na maioria das vezes vítimas de acidentes de carro ou armas de fogo.

“Se São Sebastião criar meios de acesso a essa classe pode ser uma forma de investir no turismo e gerar renda para a cidade”, afirma. “Essa lei limita o livre comércio”, retruca Vitório Severi, dono de imóveis alugados .